

Adolescer e delinquir

MANUEL MATOS (*)

«"Olha que se encontrássemos o diabo e ele deixasse que o abrissemos talvez tivéssemos a surpresa de ver saltar Deus lá de dentro..." imagine-se o escândalo se Pastor se lembra de abrir Deus para ver se o diabo lá estava dentro.»

José Saramago in *O evangelho segundo Jesus Cristo* (1992)

Delinquir significa cometer delito ou falta em relação à sociedade, em desrespeito pelo que está legalmente instituído.

As sociedades actuais exigem ao jovem um esforço de integração e compromissos sociais, mas o crescimento e a maturação egóica do adolescente ocorrem numa turbulência nem sempre coincidente com o processo de socialização.

No cruzamento destas exigências opostas o adolescente coloca-se, muito frequentemente, na fronteira entre o normal e o patológico; até porque se exprime sobretudo através da acção e a sociedade julga o acto sem a preocupação compreensiva do fenómeno psíquico que lhe está subjacente.

Há muito que a delinquência é considerada um fenómeno da dissociabilidade, Ainsworth (1969), Mucchielli (1979), e em que existe uma perturbação acentuada do vínculo precoce, Bowlby (1958). Este autor vem demonstrar como o bebé humano procura deste o início da vida uma vinculação à mãe, observável através do *sugar*, *agarrar*, *seguir*, *chorar* e *sorrir*, estando os

três primeiros sinais mais relacionados com a alimentação e a manutenção da proximidade física da mãe e os dois últimos actuando como desencadeadores sociais de respostas instintivas da mãe.

A vinculação dá-se no âmbito de uma capacidade de *procura de relação*, por parte da criança e da capacidade de *resposta relacional adequada* por parte da mãe.

Conforme demonstrou Harlow (1958), as experiências de contacto físico agradável são de extrema importância enquanto elemento redutor do medo nos primatas. Demonstrou ainda como a necessidade de afecto é uma necessidade em si mesma; ou seja não deriva da satisfação alimentar ao seio ou ao biberão, nem a satisfação das necessidades fisiológicas do bebé dispensa a experiência afectiva.

Ajurriaguerra (1977) demonstra como as experiências de privação afectiva são, por si sós, capazes de provocar a morte. Montagu (1971) revela-nos como a privação das experiências de contacto pele a pele comprometem o desenvolvimento harmonioso do bebé, particularmente aquando do período precoce da relação mãe-filho. A privação tátil é sentida como uma falta de afecto e um contra-senso.

(*) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Ainda que a evolução social se faça do contacto proximal para os telereceptores e destes para formas mais evoluídas da comunicação o certo é que, nas nossas sociedades, o contacto corpo a corpo mãe-criança é precocemente re-freado, desencorajado. No entanto, a prematuridade do humano precisa de ser compensada «*por uma gestação extra-uterina*» e apego simbiótico à progenitora, Casimiro (1985). Segundo o mesmo autor a criança mostra uma capacidade para pôr a vinculação afectiva em continuidade e se esta continuidade falta procura-a insaciavelmente.

Esta vinculação afectiva resulta da reacção primária do bebé, procurando junto da mãe, desde o nascimento, a responsividade. Em condições normais de desenvolvimento a simbiose afectiva substitui e prolonga a simbiose biológica e a mãe dá continuidade à vinculação afectiva imaginária que já existia antes do nascimento.

Fairbairn (1952), Winnicott (1956), Ainsworth (1959), Bowlby (1976), Balint (1977), entre outros, demonstram bem a que ponto as relações objectais primárias são indispensáveis ao bom desenvolvimento psicológico. Qualquer destes autores refere ainda que a vinculação afectiva é uma necessidade em todas as idades, não significando, necessariamente, imaturidade ou insegurança.

A socialização exige passagem da interacção à relação, Stern (1992) e continuidade relacional adequando os cuidados maternos às fases, estádios, etapas do desenvolvimento da criança. Só assim se evite a infantilização tardia e a maturação precoce, ambas desfasadas.

As crianças privadas precocemente de afecto tornam-se incapazes de amar e de ser amadas, Racamier (1956).

Os primeiros sinais de delinquência podem ocorrer aquando da latência, 7-9 anos, sob forma de pequenos delitos em crianças que se submeteram precoce e severamente à vontade dos outros, às exigências que lhe foram impostas, renunciando à sua vontade, Friedlander (1951). E a fuga à escola durante a latência pode muito bem ser o sinal anunciador da delinquência na adolescência, Fetue (1988).

Nestas crianças os seus actos são-lhes ditados pela procura imediata do prazer recorrendo, para o efeito, a grupos de jovens com interesses se-

melhantes, distorcendo o processo de socialização e iniciando um percurso relacional *perseguidor-perseguido*.

Agindo, atacando, acusando sistematicamente o outro, o jovem não se questiona e com os actos evita deprimir-se, Bergeret (1976).

O comportamento delinquente como defesa anti-depressiva tem sido claramente demonstrado por muitos autores, Kashani, Henrichs, Reid, Huff (1982), entre outros. Estes autores demonstram como a depressão é mais frequente nos delinquentes do que na população jovem, em geral. A agitação psicomotora e o «*acting*» são frequentemente formas de negar a depressão, de esconder a ansiedade e daí resultam muitas vezes comportamentos de risco, Matos (1991)

Perturbações do comportamento como o roubo ou a fuga podem ser apenas formas de inaptações momentâneas inseridas no quadro de uma crise de desenvolvimento do adolescente, Amaral Dias, Nunes Vicente (1984), e nos quais o adolescente delinuiu sem ser delinquente.

Coimbra de Matos (1986), distingue o delinquente neurótico e o delinquente «borderline». No primeiro existe um comportamento inibido com repressão do desejo pessoal em obediência a um Super-Eu demasiado exigente. O comportamento delinquente surge, aí, como expressão de descargas agressivas episódicas (passagens ao acto) resultantes de privações e frustrações acumuladas. No segundo, o comportamento delinquente corresponde a uma deficiência narcísica primária, na linha daquilo que Balint (1977), designou de «falha básica». Resulta daqui uma deficiente e específica organização do Super-Eu e gera-se um Super-Eu lacunar como reflexo do *Self* ora grandioso ora diminuído (de facto sempre diminuído), uma estrutura de personalidade binária, oscilando alternadamente entre impulso/contra-impulso, amor/ódio, resultante da «ausência da constância do amor do objecto» quanto à génese, e na ausência de amor pelo objecto na relação que vêm a estabelecer em seguida.

Na origem da delinquência neurótica, encontramos um meio familiar passivisante fomentando a obediência e a acomodação com «obediência automática à lei do outro», enquanto na delinquência «borderline» encontramos distorções relacionais precoces prestadas por objectos abandonantes: «...*insuficiência ou má qualidade dos cuidados maternos, relações extremamente*

frustrantes com os pais, separações precoces e prolongadas, marcada distorção das relações pais-criança, negligência e indiferença parental, defeito psicótico ou carácter perverso dos pais, instabilidade familiar e falta de apoio do meio ambiente.» (op. cit., p. 80)

Na génese da delinquência o que acaba por ser decisivo são as perdas afectivas ou abandono real, a falta de modelos de identificação capazes e a organização lacunar do Super-Eu, encaminhando os jovens para uma «autonomia precoce» que disfarça a rejeição precoce.

A vivência depressiva é, a maior parte das vezes, a face escondida do comportamento delinquente ou da delinquência propriamente dita. A resposta técnica e terapêutica em função desta perspectiva permite ir ao encontro do significado do agir em vez da resposta em espelho da acção contra a acção, perpetuando um estilo de relação de objecto perseguidor-perseguido.

Se, como refere Naiman, (1966) o «*acting*» se opõe ao pensamento é necessário interpretá-lo à luz daquilo que o adolescente exprime do ponto de vista motor por incapacidade de expressão mentalizada.

Para Coimbra de Matos (1984) o «*acting*» é o vestígio seguro de intenso sofrimento pré-edi-piano, designadamente pré-verbal, e em que o sujeito se confrontou a um objecto predominantemente narcísico e sádico, em ambiente familiar tenso e taleónico.

Mas o «*acting*» acontece numa atitude projectiva, de esvaziamento e dispersiva, e aquilo que poderia reverter a favor do pensamento reflexivo é projectado. Procedendo assim o jovem alivia a ansiedade ou a dor depressiva mas, ao mesmo tempo, priva-se dos elementos indispensáveis à compreensão daquilo que dá origem ao comportamento. Coloca-se sob a alçada da lei ao apropriar-se de objectos que não lhe pertencem sem perceber que o faz compulsiva e repetidamente, tentando suprir o objecto de relação do qual se sentiu privado na relação primária. Vinga-se no exterior, no tecido social, mantendo ao abrigo da sua agressividade o objecto que merece a retaliação.

Desloca o conflito do interior para o exterior e do objecto primário para o objecto secundário e para a sociedade.

Age, actua para se defender da conscienciali-

zação do ambiente familiar abandonante, negligente e retaliador.

Fields (1985), referindo-se a Greenacre (1950), considera que o agir tendo a sua origem na organização pré-verbal do indivíduo é necessário deixá-lo aparecer e tolerá-lo temporariamente na relação terapêutica até que o sujeito consiga ligar as actuações às configurações psíquicas, de modo a estabelecer a ligação entre o acto e o seu significado. Nos adolescentes impulsivos o «*acting*» e a acção têm que ser «permitidos» para serem compreendidos.

Blos (1979), diz-nos que o comportamento delinquente pode corresponder a um estilo adaptativo em que as manifestações ansiosas são externalizadas pelo «*acting*».

Os aspectos positivos do «*acting-out*» são, a maior parte das vezes, ignorados, o que se prende com a história do conceito de «*acting out*», visto que inicialmente foi entendido como uma descarga impulsiva e uma falha do Super-Eu.

O «*acting-out*» pode estar ao serviço do desenvolvimento adolescentil, na medida em que tem um valor de comunicação:

«... the symbolic system of language and thought has become partially lost to the adolescent as an expressive instrumentality for thought and feeling; consequently, he employs a particular modality of coded communication through action.» (op. cit., p. 219).

Qualquer adolescente e à margem de qualquer patologia específica pode utilizar mecanismo de defesa da ordem do agir. Quer no âmbito das remodelações do Super-Eu, quer a título de defesa anti-depressiva, as reorganizações da identidade inerentes ao processo evolutivo do adolescente (crescimento fisiológico e maturação egóica) são susceptíveis de impelir o adolescente na via do comportamento, da acção não pensada, num conglomerado abusivamente designado de «adolescer/delinquindo». Klein (1927), põe o problema de saber quais são os factores que contribuem, em maior ou menor grau, para a componente criminosa nas crianças normais e fá-lo segundo a sua leitura da problemática edipiana.

Segundo a autora, o recalamento rege-se pelo Super-Eu e os recalamentos mais profundos são aqueles que dizem respeito às tendência anti-sociais, em que a personalidade oscila entre a sua

parte punitiva que se opõe radicalmente à parte civilizada.

A mesma autora (1934) é de opinião que as crianças manifestam tendências anti-sociais e criminosas tanto mais facilmente quanto temem as represálias por parte dos pais. Na sua origem, não estaria a fraqueza do Super-Eu ou a ausência de consciência moral, mas sim a severidade do Super-Eu. Esta seria a característica essencial das pessoas anti-sociais.

Quanto à ideia, generalizada, de que o sujeito anti-social não teria sentimentos de bondade, benevolência, como todo o ser humano, a autora afirma que isso é apenas aparente, e citamos: «Quando, no decurso de uma análise conseguimos ir até aos conflitos mais profundos donde brotam o ódio e a angústia, encontramos também o amor. (...) o ódio é, frequentemente, utilizado como a máscara mais eficaz do amor.» (op. cit., p. 310). Por isso nos referimos a José Saramago no intróito deste trabalho.

Meltzer (1967), Grinberg (1967) e Luzes (1983) põem a tónica no «*acting*» enquanto fixação à posição esquizo-paranóide, forma primitiva de alívio do sofrimento psíquico.

Na história do delincente, por norma, faltou a continuidade relacional e falhou a mãe na sua função contentora, aquela que permite à criança transformar as emoções primitivas (elementos β) em função α. Dela emanam os elementos responsáveis pela elaboração do pensamento, da imaginação, dos sonhos, das recordações, da memória afectiva que se contrapõem ao agir.

Segundo Luzes (1983), durante a adolescência reaparecem poderosos fenómenos emocionais que foram, no período pré-verbal, responsáveis pela comunicação inter-individual.

Para o autor, não só não existem perturbações psicológicas sem perturbações do pensamento como, em certos casos, as alterações do pensamento aparecem como sintoma de primeiro plano, como resultado de lacunas entre as ideias e a acção. Essas lacunas observam-se na percepção isolada dos acontecimentos da vida quotidiana, sem ligação com o que outrora lhe deu origem, como autêntica recusa do pensar; típica do delincente.

Segundo Winnicott, (1956), o acto anti-social subentende a esperança de uma tomada a cargo atempadamente. O acto anti-social exprime uma

esperança... que muitas vezes desperdiçamos sem tomarmos as coisas em mão como devemos.

O acto anti-social pode ocorrer em qualquer indivíduo e em qualquer idade, existindo uma relação directa entre a tendência anti-social e a privação. O autor sublinha o facto de se registar sempre uma vivência anterior boa até determinada idade (por norma o desmame).

A tendência anti-social tem duas vertentes: uma o roubo, outra o destruir. Mas o comportamento anti-social deve ser entendido como a procura do objecto perdido. Insere, assim, o comportamento anti-social na base de uma boa experiência primitiva perdida. O facto de o comportamento ser anti-social reflecte a concepção do jovem segundo a qual a causa da sua infelicidade residem numa falha atribuível ao meio.

A estabilidade do meio é factor indispensável para o tratamento: «dado que a criança se apercebeu que foi uma carência do meio ambiente, (...) que deu origem à tendência anti-social.» (op. cit., p. 184).

A adolescência, como processo maturativo é um momento de procura da identidade social e individual, de difusão da identidade e, por vezes, de escolha da identidade negativa, Erikson (1968), de procura da identidade própria na passagem da identificação xenomórfica à identificação idiomórfica Coimbra de Matos, (1986), sempre uma crise de identidade e de equilíbrios precários (Mileiro, 1986).

Entre um passado sempre problemático, em maior ou menor grau, e um futuro sempre incerto, a gravidade das manifestações de natureza delincente depende da patologia das relações objectais da primeira infância.

Qualquer adolescente na procura da vida adulta passa por uma desintegração do seu sistema psicológico em que o comportamento é o sintoma duma insuficiência da capacidade de pensar e prever, por isso o adolescer se associa muitas vezes ao delinquir.

Jacobson (1964), referindo-se aos problemas que se colocam ao adolescente na procura da estabilidade das identificações, das relações objectais, da permanência do *Self*, lembra que a doença mental se declara fundamentalmente na adolescência.

A adolescência não é uma doença. Contudo ela corresponde a um período de esforço e selecção humana na busca de uma identidade própria e de

coesão e, como refere Carneiro Leão (1985), o sentimento de identidade existe na medida em que o sujeito se sente sempre o mesmo, enquanto muda.

O processo de crescimento e da aprendizagem pela experiência cinestésica e quinestésica aumentam a sua exposição aos perigos de várias ordens tais como a delinquência, toxicodependência e comportamentos de risco.

Eles não podem aprender com a nossa experiência por isso a adolescência, delinquência e acção se entrelaçam. A sua dificuldade em imaginar, prevendo e antecipando, de simbolizar, de construir numa cena interna numa representação mental levam-no à procura da realização e da coisa em si mesmo. Faz porque não é capaz de se imaginar fazendo. E, embora não haja pensamento sem experiência, a experiência não pensada não é verdadeiramente uma aprendizagem, Muniz de Rezende, (1993).

Na delinquência existe um entrave ao pensamento e um ataque à realidade exterior interpretável à luz da teoria de Bion (1957), (1961).

Bion acha que o pensar é um desenvolvimento imposto à psique pela pressão dos pensamentos. Se há pressão dos pensamentos, então os pensamentos são primeiros, existem à partida, e o pensar, como processo, resulta da capacidade para pensar o pensamento.

Bion classifica os pensamentos em: - pré-concepções (ou pensamentos vazios); - concepções (ou pensamentos) e conceitos, (quando os pensamentos adquirem significado).

Toda a pré-concepção (cujo protótipo é a expectativa inata do seio), isto é, o conhecimento *a priori* de um seio, em contacto com uma realização dá origem a uma concepção, ou pensamento. As concepções podem estar associadas a uma vivência emocional de satisfação ou insatisfação, mas o termo pensamento deve restringir-se à união de uma pré-concepção com uma frustração, isto é, de uma expectativa do seio associada a uma realização do «não-seio». A ausência, a necessidade e a não satisfação, geram o problema. A necessidade da sua resolução desenvolve o pensar, desde que, e sobretudo, a mãe sirva de auxiliar do pensamento da criança.

A incapacidade para tolerar a frustração pode obstruir o desenvolvimento dos pensamentos e de uma capacidade para pensar, embora essa capacidade diminuísse o sentimento de frustração intrínseco ao conhecimento do hiato entre um desejo e uma satisfação. Isto não significa que

sejamos defensores da teoria da frustração. O termo frustração pode perfeitamente ser substituído pela expressão «apresentação da realidade» (ela já é suficientemente frustrante).

A delinquência e o agir representa o fracasso do pensamento ao nível da concepção (acto ou efeito de conceber, gerar) e do conceito (representação de um objecto pelo pensamento). Não tendo havido a possibilidade de desenvolver o aparelho para pensar o pensamento, agem.

Há, pelo menos, duas maneiras de não desenvolver a capacidade de pensar o pensamento, abrindo o caminho ao «*acting*» na adolescência:

- a primeira, e a mais conhecida, consiste na apresentação de uma realidade tão avassaladora e insuportável para a criança que, ou ela se enquistava psiquicamente ou age fugindo, e atacando, mais tarde, tudo o que liga, tudo o que é socialmente instituído. Deixando a pessoa sem capacidade para lidar com sentimentos éticos e morais, porque não se organizou na vertente neurótica. É a delinquência clara.

- a segunda, talvez a menos conhecida, é aquela que consiste em não apresentar a realidade à criança, como ela é, de facto. Sem frustração alguma, sem qualquer privação, sem limites, sem contrariedades. Tudo lhes é devido e de imediato, nada lhes pode ser negado. Na realidade, o essencial, o afecto, a empatia, o amor, a partilha da experiência, da dor, da alegria, nunca ocorreram. Nestas personalidades, aquilo de que a alma humana se nutre está ausente... é o deserto psíquico e a acção como auto-engano. É a delinquência encoberta, muito ao jeito das sociedades da acção. Vêem-se os seus efeitos, mas nem sempre se identificam os seus autores.

Se, na delinquência, os actos são, como parecem, esboços de pensamentos não pensados à procura de um intérprete, parece-nos necessário questionar a matriz familiar na função contentora que perdeu e a sociedade naquilo que ela tem de incitação ao «*acting*» sobretudo no adolescente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainsworth, M. S. (1969). Relações objectais, dependência e vinculação: uma análise teórica das relações da criança com a mãe. In M. S. Ainsworth., J. Bowlby, H. Harlow, H. Hoffman, et al. (Eds.), *As ligações infantis* (pp. 155-220). Amadora: Livraria Bertrand, Coleção Teorema, 1976.

- Ajuriaguerra, J. (1977). *Manuel de psychiatrie de l'enfant*. Paris: Masson.
- Balint, M. (1977). *Le défaut fondamental*. Paris: Payot.
- Barbier, A. (1987). L'agir, l'acte, et l'action en Psychanalyse. *Revue Française de psychanalyse*, 4, 1101-1121.
- Bergeret, J. (1976). Dépressivité et dépression dans la cadre de l'économie dépressive. *Revue Française de Psychanalyse*, 5-6, 835-937.
- Blos, P. (1979). *The adolescent passage*. New York: International Universities Press, Inc., 1982.
- Bowlby, J. (1958). A natureza da ligação da criança com a mãe. In M. S. Ainsworth, J. Bowlby, H. Harlow, & H. Hoffman et al. (Eds.), *As ligações infantis*. Amadora: Livraria Bertrand, Coleção Teorema, 1976.
- Casimiro, M. (1986). O seio materno. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 3, 29-36.
- Dias, C. A., & Vicente, T. N. (1984). *A depressão no adolescente*. Porto: Edições Afrontamento, Biblioteca das Ciências do Homem.
- Erikson, E.H. (1968). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Fetue, N. M. C. (1988). *A fuga à escola*. Coimbra: FPCE Universidade de Coimbra.
- Fields, M. (1985). Acting-out and the analytic alliance: a case report. *Psychoanalytic Review*, 4 (72).
- Friedlander, K. (1951). *La délinquance juvénile*. Paris: PUF.
- Grinberg, L. (1983). *Enfoque de las psicosis desde el «vertice» de Bion*. Comunicação apresentada ao Congresso da Sociedade Portuguesa de Psicanálise sobre as psicoses, Figueira da Foz.
- Harlow, H. F. (1958). A natureza do amor. In M. S. Ainsworth, J. Bowlby, H. Harlow, et al. (Eds.), *As ligações infantis* (pp. 79-104). Amadora: Livraria Bertrand, coleção Teorema, 1976.
- Jacobson, E. (1964). *Le soi et le monde objectal*. Paris: PUF, 1975.
- Kashani, J. A., Henrichs, T. F., Reid, J. C., & Huff, C. (1982). Depression in diagnostic subtypes of delinquent boys. *Adolescence*, 68 (XVII), 945-949.
- Klein, M. (1927). *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1976.
- Klein, M. (1934). *Essais de psychanalyse*. Paris: Payot, 1976.
- Leão, I. C. (1985). La identificación y sus vicisitudes en la adolescencia. In Lima (Ed.), *Libro Anual de Psicoanálisis*, Ed. Monterico, 1986.
- Luzes, P. (1973). *Da emoção ao pensamento*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa, 1983.
- Matos, A. C. (1984). Psicopatologia dinâmica. *Jornal do Médico, Separata, CXV-CXVI*, (2073-2096) Abril-Outubro.
- Matos, A. C. (1986). A delinquência – perspectiva psicodinâmica. *Alter-Ego*, 2, 75-83.
- Matos, A. C. (1986). Notas sobre a adolescência II. *Jornal do Médico*, 2198 (121), 801-802.
- Matos, M. P. (1991). *Factores de risco psicológico em jovens condutores de motorizada e sua influência relativa no acontecer dos acidentes*. Tese de doutoramento, FPCE Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Meltzer, D. (1967). *O processo psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.
- Milheiro, J. (1986). Desenvolvimento social e saúde mental comunitária. *Alter-Ego*, 1, 53-62.
- Montagu, A. (1971). *La peau et le toucher – un premier langage*. Paris: Seuil, 1979.
- Mucchielli, R. (1979). *Como eles se tornam delinquentes*. Lisboa: Moraes Editores, coleção Mundo Imediato.
- Naiman, J. (1966). The role of the super-ego in certain forms of acting-out. *International Journal of Psycho-Analysis*, 2-3 (47), 286-292.
- Racamier, P. C. (1956). Psychothérapie psychanalytique des psychoses. In S. Nacht, J. Ajuriaguerra, J. G. Badarocco, M. Bouvet, et al. (Eds.), *La psychanalyse d'aujourd'hui*. Paris: PUF, 1967.
- Stern, D. (1992). *Bebé mãe: primeira relação*. Lisboa: Salamandra.
- Winnicott, D. W. (1956). *De la pédiatrie à la psychanalyse*. Paris: Payot, 1969.

RESUMO

O adolescente evita a depressão e exprime a ansiedade através do comportamento e da acção.

O *adolescer* associa-se, muitas vezes, ao *delinquir* sem que o jovem seja delinquent.

A delinquência, propriamente dita, é mais susceptível de aparacer quando o processo evolutivo da adolescência está associado a perturbações da socialização primária e ao deficit da capacidade de pensar. O adolescente põe em linguagem de acção o que não é capaz de pensar.

RESUME

L'adolescent évite la dépression et exprime son anxiété au moyen des comportements et de l'action. L'*adolescere* s'associe, souvent, au *delinquere* sans que le jeune soit, pour autant, un délinquant.

La délinquance est plus susceptible de survenir quand au processus d'évolution psychique de l'adolescence s'associe les troubles de la socialisation primaire et au déficit de la capacité de penser. Le langage de l'action exprime ce qu'il n'est pas capable de penser.

ABSTRACT

The adolescent avoids depression and expresses anxiety through behaviour and action.

The *adolescere* associates itself, often, to *delinquere* even if the adolescent is not a delinquant.

The delinquency is more likely to appear when the evolutive process of adolescence is associated to primary socialization problems and to the reduced capacity of thinking.

The adolescent puts in acting language what he is not able to think.